

(213)	(231)	(234)	(398)	(102)	(370)	4468	657	19
-------	-------	-------	-------	-------	-------	------	-----	----

Funai vai alterar limites de oito áreas indígenas

Brasília (AJB) - Oito áreas indígenas, do total de 386 contestadas com base no decreto que permite a revisão de áreas ainda não demarcadas, terão os seus limites alterados pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O ministro da Justiça, Nelson Jobim, pediu à Funai novas informações sobre as áreas Aptereua, no Pará, onde vivem índios paracaná; Cricati, no Maranhão; Baú, no Pará, área onde vive um sub-grupo caiapó; a área dos Campa do Rio Envira, no Acre; Seruini-mariênê, no sul do estado do Amazonas; Evaré 1, área de índios ticunas, no Amazonas; Raposa/Serra do Sol, em Roraima, índios macuxi e uapi-xana e Sete Cerros, no Mato Grosso do Sul, índios guarani/caiua.

O prazo para que o ministro desse o seu parecer sobre as contestações terminou ontem. A partir de hoje, o Diário Oficial começará a publicar os pareceres sobre as outras áreas contestadas, que não serão objeto de revisão. Nesses casos, o ministro acatou as razões apresentadas pela Funai para justificar as

propostas de demarcação. Segundo o diretor da Assuntos Fundiários da Funai, Áureo Faleiros, nenhuma das oito áreas sobre as quais Jobim pediu novas informações será reduzida. "Serão apenas ajustes de limites", afirmou, embora o ministério questione, em alguns casos, a opção da Funai pela proposta antropológica que sugeria a maior área.

Sabatina - O decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em janeiro abriu a possibilidade de revisão de áreas que ainda não estavam demarcadas. A iniciativa do governo brasileiro foi criticada por Organizações Não Governamentais, no Brasil e no exterior. O ministro Jobim chegou a ser sabatinado por ONG's quando esteve na Europa. "A idéia não era reduzir áreas, e sim introduzir o direito do contraditório, que não existia no decreto 22, assinado pelo ex-presidente Fernando Collor, em 1991", garantiu o ministro. Depois de muita polêmica em torno do assunto, o ministro Jobim acabou se limitando a questionar oito áreas. Na reserva